

# Pesquisa em Debate

**EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INDISCIPLINA ESCOLA**

**EMERGENCE AND EVOLUTION OF THE CONCEPT OF INDISCIPLINE IN SCHOOLS**

**Raquel Martim de Almeida Prado Antonucci**

Mestranda em Psicologia pela Universidade São Marcos.

**Cristiano da Silveira Longo**

Doutor em Psicologia pela USP e professor das Universidades Paulista e São Marcos.

**Resumo**

O presente artigo busca mapear o momento da emergência e a evolução do conceito de indisciplina escolar na literatura brasileira. Apresenta definições estipulativas sobre o conceito, bem como conceitos conexos usualmente recorridos para sua definição, tais como obediência, desobediência, disciplina escolar, regimento escolar, regime disciplinar, sistema disciplinar.

**Palavras chave:** disciplina; indisciplina; psicologia escolar; relação professor-aluno.

**Abstract**

This article seeks to map the moment of emergence and evolution of the concept of school indiscipline in Brazilian literature. Displays stipulative definitions of the concept as well as related concepts usually resorted to its definition, such as obedience, disobedience, school discipline, rules of school disciplinary rules, disciplinary system.

**Key words:** discipline; indiscipline; school psychology; teacher-student relationship.

## Introdução

Este artigo pretende apresentar uma breve revisão sobre a emergência e evolução do conceito de *indisciplina* segundo visões de autores envolvidos no processo de educação, através de trabalhos acadêmicos nacionais cobrindo o período das últimas três décadas. O trabalho mais antigo localizado data de 1979, após o qual se segue certo intervalo para a aparição de outras pesquisas envolvendo a questão da indisciplina. Organizamos as concepções de indisciplina extraídas de cinco trabalhos acadêmicos, todos da área da Educação, e em seguida analisamos a evolução deste conceito ao longo do período delimitado.

## Definições conceituais

Iniciamos a presente revisão pela definição advinda do estudo pioneiro de Farias, realizado em 1979. Naquela época, ele constatou que muitos professores rotulavam seus alunos de “disciplinados” ou “indisciplinados” mesmo sem terem definições claras para tais categorias. Entretanto, pondera o autor, “se não há uma definição formal, oficial, para o que venha a ser objetivamente chamado de ‘indisciplina’, parece haver um consenso entre professores e alunos sobre seu significado.” (FARIAS, 1979, p. 27). Na falta de definições sobre *indisciplina*, Farias apresenta definições de *disciplina* provenientes de diferentes autores:

Disciplina vem do latim “disciplina” que significava “ensino” ou “material ensinada” [...] O termo deriva do verbo “discere” – aprender – que se opõe a “docere” – fazer aprender, ensinar. Há, porém, um segundo significado [...] “Disciplina” quer dizer um conjunto de regras de conduta impostas aos membros de uma coletividade, especialmente escolar ou militar, ou que alguém impõe a si próprio. [...] O termo significa a boa ordem na sala de aula, bem como seu treino promovido nas crianças através do preceito, exemplo, regras e sistemas de recompensa e punição. [...] Um processo que procura conseguir o domínio que cada um deve ter de si próprio e do ambiente circundante

[...] A disciplina não seria um conjunto de proibições, regras e regulamentos, “embora tornem-se necessárias algumas ‘regras de base’ funcionais que definam um campo para a liberdade [...]” O indivíduo disciplinado seria aquele que domina a si próprio e ao meio ambiente. Não é aquele submisso, psicologicamente subjugado ou coagido. [...] O significado antigo da palavra – “ser ensinado” ou “submeter-se às exigências da aprendizagem” [...] O termo significava uma escolaridade formal, uma aprendizagem, uma atividade organizada. (FARIAS, 1979, p. 27 – 29).

Seguindo ordem cronológica, o segundo trabalho localizado foi a dissertação de Neide de Aquino Noffs, defendida em 1989. Em seu estudo, a autora fez um levantamento das principais queixas dos professores relativas à indisciplina dos seus alunos, listadas a seguir:

[...] o não cumprimento, a desobediência do aluno em relação às normas de funcionamento da instituição. Ex.: horário (chegavam atrasados) e uniforme (não o usavam); o não atendimento às instruções do professor. Ex.: abram seus cadernos, copiem os exercícios da lousa. O não atendimento induzia o professor a utilizar frequentemente os termos: silêncio, fiquem quietos, prestem atenção, escutem [...]; a não organização do aluno em relação à realização das tarefas escolares. Embora organizasse a sua aula, elaborasse tarefas visando à independência do aluno, o professor percebia que, se a ação não fosse vigiada (ao invés de supervisionar), o aluno tentaria burlá-lo. Havia necessidade de mudar a atitude do professor de supervisor para fiscalizador, o que acarretava em ambos, professor e aluno, insatisfação e, especialmente, no aluno, displicência ao lidar com questões de estudo; postura do aluno: quando um professor, a partir de sua percepção, interpelava um aluno sobre o porquê de sua conduta, este, ao invés de explicá-la, assumia um papel de vítima, devolvendo o questionamento ao professor usando expressões do tipo “Por que eu?”. “Não estou de

acordo com sua decisão”. O professor imediatamente o punha para fora da sala de aula, acusando-o de desrespeito à sua autoridade ou desacato ao seu papel; o aluno usa “palavrões” para expressar seu pensamento em sala de aula; os alunos passavam da descontração em suas atitudes ao desrespeito; os professores se queixam de que os alunos obedeciam mais às figuras de autoridade imposta pelo organograma ou pela expectativa cultural (diretor, orientador) do que à deles. Eles não eram considerados como autoridade cultural na escola; embora a escola tivesse um projeto sobre hábitos de estudo, não havia garantias quanto à manutenção da organização do aluno: este esquecia caneta e materiais escolares em casa. Frequentemente pedia para sair de aula para ir ao banheiro ou beber água; os professores se queixavam de ter que interferir em questões voltadas para rivalidades entre os alunos. Entendiam que esta interferência deveria ser feita pelo orientador e diretor. O seu papel era lidar com questões de conteúdo; os professores se queixavam de que os alunos frequentemente comentavam, entre si e com os professores, sobre atitudes diferentes de professores enfrentando situações iguais de sala de aula, o que gerava por vezes o clima não amistoso entre professores e desentendimento entre professor-aluno. Ex.: havia uma data-limite para entrega de trabalho, a qual, dependendo do professor, era alterada a pedido dos alunos. Outros, mesmo havendo pedido dos alunos, não alteravam a data. (NOFFS, 1989, p. 38 - 40)

Em seguida, apresenta um levantamento bibliográfico com mais quatro conceitos básicos de *disciplina*, segundo o entendimento de professores:

[...] a capacidade que o aluno tem de enfrentar situações difíceis e prende-se ao treino de habilidade da inteligência e das emoções, através da aceitação (imposta) da tarefa exigida. O aluno executa tarefa difícil mesmo sem ter as condições; estabelecimento de leis, normas e padrões de comportamento e obediência à autoridade, obediência rotineira, habitual. Pressupõe a compreensão da autoridade como hierarquia. Há

alguém que emite ordens, normas (autoridade formalmente empossada) e alguém que acata e obedece. A indisciplina implica na não obediência às normas criadas ou situações muito abertas carentes de normas. Portanto, a disciplina se relaciona com a clareza das normas criadas pelos professores e autoridades da escola, um complexo de proibições tendo sempre em vista um quadro de referência definido pelo adulto; uma série de problemas que perturbam a ordem da escola. Ex.: aluno que fala alto [...] (NOFFS, 1989, p. 40 – 41)

Noffs (1989) afirma que essas conceituações sofreram influências das teorias do desenvolvimento e aprendizagem. A autora entende aprendizagem como o processo pelo qual a criança se apropria do conteúdo da experiência humana, interiorizando aquilo que o grupo social conhece. A partir desta ótica, posiciona algumas concepções de disciplina. A primeira visão apresentada baseia-se no inatismo, acreditando que o papel do ambiente é limitado frente ao desenvolvimento espontâneo do ser humano - o professor não consegue influenciar ou mudar o aluno, isto só acontece devido a condições internas do indivíduo. A segunda visão refere-se à concepção behaviorista, onde o meio aliado às condições e experiências sensoriais são as fontes de conhecimento. “Os alunos são tidos como criaturas passivas face ao ambiente e podem ser manipulados e controlados através das alterações das situações em que se encontram. Cabe ao professor estruturar e organizar o ambiente e as situações de ensino”. (NOFFS, 1989, p. 42). A próxima visão considera a construção do conhecimento uma interação com o meio, situando, nessa abordagem, autores como Piaget e Vygotsky. Jean Piaget considerando o biológico simultaneamente ao processo de desenvolvimento lógico-mental infantil, ficando a aprendizagem mais restrita as situações específicas, subordinadas à equilíbrio e maturação; já Lev Vygotsky contribuiu para a educação aferindo que a qualidade das trocas verbais entre professor e alunos influencia decisivamente na organização mental das crianças. Outra visão exposta é a de Carl Rogers que centra a educação na figura do aluno. Ele concebe a ação educativa de duas maneiras: a autoritária, onde o professor é o centro, posto que o aluno é considerado incapaz de ter controle sob si mesmo, assumindo uma postura passiva diante da educação. A outra postura é a democrática, centrada no aluno, onde o

professor deve conhecer os alunos e as situações de aprendizagem. Considerando isto, ele deve elaborar um plano educacional para desenvolver a iniciativa, responsabilidade, discernimento e senso de colaboração dos alunos, preservando sua individualidade. A última visão diz respeito à educação libertadora que aborda a relação do homem com seus semelhantes e com a natureza, visando à transformação. “O importante não é de transmitir conteúdos específicos, mas despertar para uma nova forma de relação com a experiência vivida”. (NOFFS, 1989, p. 44). Paulo Freire pregava uma educação integradora entre professor e aluno, criando e recriando um conhecimento compartilhado, onde os limites da ação são dados pela própria ação. Freire defendia o bom exercício da autoridade na sala de aula, pois “quanto maior for a confiança dos estudantes na autoridade do professor, maior será a disciplina reinante”. (NOFFS, 1989, p. 45). Autoridade e liberdade sempre devem existir no diálogo entre professor e aluno, possibilitando a construção da autodisciplina e opções de escolha. Para finalizar a contribuição do trabalho de Noffs, segue excerto definindo *disciplina* sob três óticas diferentes: tradicional, comportamental e libertadora:

A disciplina numa abordagem tradicional é vista como uma adaptação a normas e regras que devem ser respeitadas para o bom andamento do trabalho do professor. Assim, a função da escola é disciplinar os alunos de acordo com padrões éticos, religiosos, incentivando a virtude. A disciplina ocorre como fruto da educação moral (sec. XVII – Comênio) e se reduz a um conjunto de regras de conduta, a normas disciplinares e hierarquia rígida. Espera-se conseguir a obediência do aluno através da vigilância constante. Portanto, a disciplina é exterior, baseada na coação e autoritarismo, dá margem a punições, castigos. Disciplina, na abordagem comportamentalista, é vista como uma série de regras a serem respeitadas, ligadas a mecanismos de reforço às ações dos alunos. A disciplina, na abordagem renovada, prevê um grupo formado por professores e alunos definindo as regras e normas a serem respeitadas, as quais, embora encaradas como ordens exteriores, geram o autocontrole porque aceitas e reconhecidas como socialmente úteis tanto ao indivíduo quanto à coletividade. Disciplina é vista como participação ativa,

interessada. O elemento controlador é o grupo. Nesta abordagem substitui-se a disciplina exterior pela auto-regulação do grupo e do indivíduo. Cabe ao professor facilitar a aprendizagem e respeitar as potencialidades de seus alunos. Disciplina, na abordagem libertadora, é vista como o desenvolvimento da credibilidade e confiança mútua entre professor e aluno levando A ELIMINAR DA SALA DE AULA SITUAÇÕES QUE LEVEM À OPRESSÃO de qualquer um dos dois elementos. (NOFFS, 1989, p. 45-46).

Roberto Rezende é outro autor que trabalhou a questão da disciplina na sua dissertação, defendida em 1993. Ele declara que a disciplina é vista como um procedimento usado na escola para controlar os alunos. Relata que os educadores dispõem de estratégias coercitivas, como a constante vigilância sobre os alunos, a manipulação da caderneta escolar, contendo o histórico da vida escolar do aluno, e o conselho de classe, reunião considerada ineficaz, onde os professores comumente faziam suas lamentações frente ao sistema educativo, além de rotularem de “insuportável” ou “chato” todo aluno que atrapalhasse a aula. A questão da disciplina surgia como o maior desafio para os professores. Risadinhas, brincadeiras, passeio pela classe, pedidos constantes para ir ao banheiro ou cantos eram classificados pelos professores como indisciplina. A manifestação de desinteresse pelo aprender causava sofrimento ao professor que não sabia o que fazer. Alguns casos tomavam proporções graves quando o aluno afrontava a figura do educador. A partir daí é feita uma análise do Regimento escolar, elaborado por uma comissão de profissionais da educação da Rede Municipal, como uma tentativa de sanar este quadro. Com o tempo, o regimento foi sendo alterado.

A análise dos objetivos específicos contidos no atual Regimento dá-nos indícios da busca permanente de uma produtividade para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Esperava-se, no interior da escola, formar hábitos e desenvolver determinados conceitos que deverão ser assimilados e interiorizados pelos alunos, objetivando inseri-los nas relações sociais e políticas mais amplas de nossa sociedade, de forma



consciente e crítica. (REZENDE, 1993, p. 110 - 111).

Acreditava-se que o funcionamento do projeto educativo dependia da manutenção da ordem, disciplina e comportamentos adequados. Para isso, os alunos deveriam obedecer a uma lista de designações, todas permeadas pela concepção da disciplina. Além da idéia de Regimento, Rezende ainda explana sobre a definição de *regime disciplinar*:

O regime disciplinar, aplicável ao pessoal técnico administrativo, docente e discente, terá a finalidade de aprimorar o ensino administrativo, a formação do educando, o bom funcionamento dos trabalhos escolares, o entrosamento dos vários serviços, a observância do regimento e a obtenção dos objetivos previstos. (REZENDE, 1993, p. 117).

O autor ainda introduz a idéia de *sistema disciplinar* que tem o objetivo de evitar os desvios e garantir o cumprimento da normalidade, sendo que qualquer inadequação é passível de punição. Quando Rezende entra nesta esfera, explora a concepção de *poder disciplinar* segundo Foucault, listando seus fatores concernentes para concluir que a escola utiliza-se de um sistema disciplinar para obter controle sobre o corpo da criança. Tal dominação serve para domesticar o aluno, ensiná-lo a se subordinar.

Ampliando a complexidade do cenário escolar, Rezende (1993) discorre sobre a visão de escola como um espaço de dominação e também contestação. Observa que se o professor conseguir fazer um bom manejo das disciplinas escolares, pode reverter o quadro a seu favor:

A utilização da disciplina escolar, pelo menos no campo das possibilidades, pode ter como objetivo a emancipação dos alunos. A aplicação do processo disciplinar não visa apenas a repressão gratuita dos desejos e instintos dos alunos, mas a uma prática capaz de levá-los a se inserir, efetivamente, num trabalho pedagógico, que permita-lhes refletir sobre os conceitos e noções com as quais se deparam no processo

educativo. (REZENDE, 1993, p. 127 – 128).

Consideramos relevante apresentar resumidamente as definições de *regimento escolar*, *regime disciplinar*, *sistema disciplinar* por serem esferas permeadas pelo conceito de *disciplina/indisciplina escolar*.

Em 1999, Ana Laura G. Lima elaborou sua dissertação, pesquisando as concepções sobre a disciplina escolar entre o período de 1944 a 1945, época repleta de fatos marcantes para a evolução da educação brasileira. A fim de entender este período, a autora faz uma recuperação histórica de como as crianças eram consideradas pela família e sociedade desde o século XV e ao longo dos séculos seguintes, explicando a origem e o desenvolvimento do processo de escolarização. Antes de apresentar seu levantamento histórico, expõe um estudo realizado na década de 1980, por Namó de Mello, que coletou depoimentos de docentes sobre suas considerações relacionadas à indisciplina escolar. Ela listou os comportamentos que os professores consideravam como desfavoráveis e favoráveis ao rendimento escolar:

1) Desinteresse; apatia; falta de motivação; 2) Indisciplina (agitação, levanta muito, irrequietude; 3) Desatenção; 4) Características psicológicas (imaturidade, carência afetiva, falta de carinho, auto-imagem negativa). [...] Por outro lado, os comportamentos que, na opinião dos professores consultados pela autora favoreciam o rendimento eram: 1) Interesse, participação, dinamicidade, 2) Atenção; 3) Características culturais do aluno (sociabilidade, esforço, organização, vontade de subir na vida); 4) Disciplina (não conversa muito, quietude, calma) [...] (LIMA, 1999, p. 7).

Posto isso, Lima (1999) comenta que as idéias de disciplina e indisciplina estão restritamente vinculadas à capacidade ou não do aluno de permanecer quieto nas aulas. Neste ponto entra oportunamente seu estudo para auxiliar a compreensão da evolução educacional de maneira mais ampla. Olhando para trás, para o que aconteceu na Europa nos séculos passados, a autora visualiza fatos importantes que desenharam a história da educação. Resumindo o levantamento de Lima, destacamos que antes do século XV

predominava a idéia de fraqueza infantil, cabendo aos diretores e professores o dever de corrigi-los, podendo castigá-los fisicamente. No século XV, a idéia de disciplina escolar surge para controlar o comportamento discente: além de instruir, os professores também deveriam educar, ou seja, formar o caráter dos alunos. No século XVI, os estudantes eram vistos com desconfiança e considerados como inferiores. As punições físicas continuaram de modo generalizado. No século XVII surgiu nas camadas superiores da sociedade o sentimento de “paparicação da criança”, que passaram a ser vistas como engraçadinhas e agradáveis, tornando-se objeto de distração e afeição dos adultos. Os estudantes foram separados por faixa etária. No século XVIII, o ensino foi dividido e adaptado para a camada popular e para a elite; os castigos físicos foram reconsiderados. No século XIX, com a classificação dos alunos, a vigilância sobre eles foi facilitada, mas, por outro lado, fixaram-se os problemas disciplinares conforme o perfil de cada grupo; várias formas de punição foram criadas. No século XX, observa-se forte influência do “magistrocentrismo” nas escolas, pois “o professor continua sendo a figura central do ensino. Controlando o saber e os comportamentos, estabelecendo as regras, decidindo como devem ocorrer as comunicações e, portanto, quando e de que forma poderão ser expressas as idéias e os sentimentos. O professor estabelece ainda os critérios de julgamento: o que é bom, verdadeiro, belo, útil, correto.” (LIMA, 1999, p. 62).

O quinto e último trabalho examinado foi a tese de Ana Lúcia Ratto, defendida em 2004 e publicada três anos depois. Seu objetivo era analisar questões disciplinares através das narrativas encontradas nos livros de ocorrência dos primeiros anos do ensino fundamental de uma escola pública de Curitiba, entre 1998 e 2000. Os registros contidos nos livros trazem todas as informações referentes aos acontecimentos considerados como irregulares frente às normas da instituição. Dentre as informações registradas enfocamos as descrições das situações ocorridas, porque elas refletem as concepções dos educadores a respeito de ações indisciplinadas. A autora cruzou os tipos de situações registradas com o número de vezes em que apareceram nos livros. Apresentamos aqui as situações iniciando pelas que menos ocorrem para as que mais ocorrem: alunos se queixaram dos professores; professores se queixaram de problemas de rendimento e aprendizagem dos alunos, principalmente o fato deles não fazerem as lições de casa; alunos com objetos perigosos como armas; alunos com drogas e/ou

cigarro; alunos namorando de modo inadequado; alunos que furtaram ou são suspeito de; alunos que causaram prejuízos, danos para o patrimônio escolar ou alheio; ameaças, chantagens, perseguições entre alunos ou com autoridades; alunos que fugiram, atrasaram-se ou cabularam aulas; alunos que não quiseram fazer aulas de Educação Física; alunos que faltam muito; alunos que desrespeitaram e/ou xingaram os professores; brigas com agressão física entre alunos. Segundo Ratto (2007), os livros de ocorrência são uma tentativa de controlar as crianças que tumultuam as atividades escolares, pois, conforme cada caso, são determinadas providências internas e externas, envolvendo as famílias dos alunos.

### **Breve análise sobre a evolução das concepções de indisciplina**

As definições expostas por Farias (1979) revelam um desencontro que parece mais refletir uma situação confusa em que o termo é entendido pelos educadores naquela época. Observa-se que todas são referente ao termo *disciplina*, ou seja, não havia uma definição de *indisciplina*. Educadores diferem na concepção de disciplina, gerando divergências no entender sobre o que é um aluno indisciplinado. Tentando clarear esta questão, Farias (1979) realizou uma pesquisa de campo entrevistando professores de escolas de diferentes níveis sócio-econômico do Rio de Janeiro. Verificou-se que 50% dos professores concebem a indisciplina como um comportamento que foge aos padrões estabelecidos pela escola ou pela sociedade; 9,52% dos professores entrevistados a vêem como um mau comportamento que revela um problema pessoal do aluno. A indisciplina era vista como um transbordar de problemas emocionais, sociais e de saúde, identificando o aluno como carente de afetos e capaz de lançar mão da indisciplina para chamar a atenção do professor; 28,57% focalizam a indisciplina como um desacato e desrespeito à sua autoridade de professor, explicando que a indisciplina é um conjunto de reações que não consegue dominar. Esta concepção descortina uma tentativa do professor de construir uma relação de controle e não de empatia com os alunos; 11,91% dos entrevistados afirmaram que a indisciplina é sempre um comportamento proposital para perturbar as aulas, considerando assim os alunos como inimigos da escola. Cabe aqui ressaltar que estas últimas respostas foram dadas por professores de escolas da favela. Noffs (1989) continua a definir a

“disciplina” conforme era vista naquela época. Ela traz uma valorosa contribuição para desvelar o assunto em questão, principalmente quando aproxima a disciplina das influências teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Rezende (1993) aborda também a “disciplina” enfocando aspectos que permeiam a questão, como o entendimento de regimento escolar, regime disciplinar e poder disciplinar, que ajudam a dimensionar a complexidade do universo educacional. A indisciplina era tratada dentro de um regimento escolar, onde existiam normas que deveriam ser cumpridas e, quando não eram, aplicavam-se castigos aos infratores. Nota-se o uso do termo “disciplina” nos títulos das dissertações de Noffs (1989) e Rezende (1993).

Lima (1999) ajudou a entender que a indisciplina sempre existiu junto com a história da educação, mas apenas nas últimas décadas é que se tornou uma preocupação pedagógica discutida amplamente nas escolas. A partir de uma visão obtusa dos professores sobre disciplina e indisciplina, ela parte para estudo investigatório da origem e evolução desta problemática. Observa-se um agravamento dos atos indisciplinados: no início, era indisciplinado um aluno agitado, que fala e levanta muito, é irrequieto e desatento. Em seguida, os “maus comportamentos” se intensificam com o não cumprimento do regimento escolar, resultado do movimento histórico e das influências de teorias estrangeiras. Surgem situações de desacato, desrespeito e enfrentamento à figura do professor. Já foram divulgados até casos de agressão física sérias contra professores e entre alunos. Aliás, as agressões vêm atingindo a instituição como um todo. As escolas têm procurado sanar as situações problemáticas criando mecanismos de controle, como foi explicitado do trabalho de Ratto (2007) sobre os livros de ocorrência. Naquelas páginas estão os históricos escolares dos alunos tidos como “impossíveis”, “agressivos”, “perigosos” ou simplesmente “mal-comportados”, mas denota-se que tais alunos não se importam em serem mal apreciadas, pois os índices de reincidências são consideráveis. Assim, os livros não passam de simples registros acumulados, sem valor educativo. Outras alternativas para melhorar as situações das escolas são pensadas pelos educadores, mas na maioria das instituições educacionais a disciplina ainda acaba sendo imposta, já que não há participação dos alunos na organização do processo pedagógico.

### Referências bibliográficas

- FARIAS, C. V. **Indisciplina escolar:** conceitos e preconceitos. 1979. Dissertação – (Departamento de Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ – 1979.
- LIMA, A. L. G. **De como ensinar o aluno a obedecer** (Um estudo dos discursos sobre a disciplina escolar entre 1944 e 1965). 1999. Dissertação – (Faculdade de Educação), Universidade de São Paulo, SP – 1999.
- NOFFS, N. de A. **Disciplina:** A busca da espontaneidade na escola. 1989. Dissertação – (Departamento de Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP – 1989.
- RATTO, A. L. S. **Livros de Ocorrência:** (In) Disciplina, Normalização e Subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007. 264 p.
- REZENDE, R. M. G. de **Disciplina na escola:** uma realidade ambivalente. A leitura da normatividade na perspectiva dos alunos. Dissertação – (Faculdade de Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, MG – 1993.